



ATA DA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de março de 2012, na Sede do Sindicato APEOC, Sito à Rua Solon Pinheiro, 1306 - Bairro de Fátima - Fortaleza – CE, após verificação do quórum, foi instalada Assembleia Geral do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará (SINSEMPECE) para deliberação da pauta que consta do Edital nº. 02, de 14 de março de 2012, sob a presidência de FRANCISCO ANTÔNIO TÁVORA COLARES. Foi verificada a presença dos Diretores FABIANA RODRIGUES LUCENA, ACÁCIA LINS DE AGUIAR, HELAN DE PAIVA GOMES, GERMANO SOUSA DE CASTRO, e RÊMULO TEÓFILO DA SILVA MOURA, dos filiados listados e assinados ao final, bem como DOS FILIADOS AILTON CAVALCANTE DA SILVA, ANDREA VIDAL DA COSTA, ANTÔNIO ADAIL PEREIRA, CÍCERA DE ALENCAR SOUZA, FRANÇOIS BLOC, JOSÉ POLYCARPO DE NEGREIROS LEITE, MARIA IVONE DA SILVA PEREIRA, ORLEY DE SOUSA NUNES, OSMAR CANUTO DE ARAÚJO, RIGOBERTO CARVALHO DE ALENCAR, ROZANGELA ALVES DE SOUSA, WENDSON MAIA BENTO, MARCELINO EMÍDIO MACIEL FILHO, FERNANDA MARÍLIA SILVA APRÍGIO, VLADIMIR REIS MODESTO DE BRITO, ADELÂNIA CORREIA DE LIMA, ANDRÉ LUÍS DUARTE COSTA, LUCIANO GOMES DA SILVA, ROBSON SOUSA GONÇALVES, JOSÉ ELVISNEY MOURA BARROSO, RAFAEL COELHO ASSUNÇÃO, LUCIANA PINHEIRO PAIVA, MARIA DAS GRAÇAS HOLANDA SIEBRA, MICHELE AGUIAR MOTA, RODRIGO DE OLIVEIRA TEIXEIRA, EDNA ALVES MUNIZ, todos através de procurador com poderes bastantes. Iniciados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) foi feito, pelo Presidente, relato minucioso acerca do trâmite interno do processo nº. 14244/2011 que trata da equivalência de vencimentos com os servidores do Poder Judiciário até sua aprovação pelo Colégio de Procuradores de Justiça em novembro de 2011 e remessa à Assembleia Legislativa do Ceará (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ) ainda naquele mês. Informou que a matéria legislativa foi aprovada em todas as comissões daquela Casa Parlamentar e que se encontra pendente de votação em Plenário desde 14 (quatorze) de dezembro de 2011, no aguardo, segundo informação do Presidente Roberto Cláudio, de “sinal verde do Executivo”. Assentou que o impacto financeiro da proposta é pouco mais de três milhões de reais e que no exercício de 2011 sobrou mais de seis

